



PESTES E EPIDEMIAS

ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
EM HUMANIDADES

Coordenadores: **Joaquim Pinheiro** | **Samuel Mateus** | **Mario Franco**

lúmus

PESTES E EPIDEMIAS

ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
EM HUMANIDADES

Coordenadores: Joaquim Pinheiro | Samuel Mateus | Mario Franco



TÍTULO

Pestes e Epidemias: Estudos Interdisciplinares em Humanidades

COORDENAÇÃO

Joaquim Pinheiro, Samuel Mateus & Mario Franco

FILIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS COORDENADORES:

Universidade da Madeira, Faculdade de Artes e Humanidades

ASSISTENTES EDITORIAIS

Adriana Teixeira, Ana Carina Figueira e Cátia Gouveia

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Marco Câmara | Gabinete de Comunicação e Marketing da Universidade da Madeira

© Edições Húmus, Lda e Autores, 2022

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

ISBN

978-989-755-754-5

DOI

<https://doi.org/10.34640/universidademadeira2022pinheiromateusfranco>

IMPRESSÃO

Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Maio de 2022

Depósito Legal:

498121/22

Nota de edição

Nos textos em Língua Portuguesa, os Coordenadores do Volume respeitaram a ortografia seguida pelos Autores.

Todos os textos que integram este Volume foram submetidos a arbitragem científica

COMISSÃO CIENTÍFICA DO VOLUME

Adélio Fernando Abreu, Universidade Católica Portuguesa

Alda Portugal, Universidade da Madeira

Ana Isabel Buescu, Universidade Nova de Lisboa

Ana Isabel Moniz, Universidade da Madeira

Andréa Maia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Catarina Rodrigues, Universidade dos Açores

Cristina Santos Pinheiro, Universidade da Madeira

Daniel Tércio Guimarães, Universidade de Lisboa

Eunice Ribeiro, Universidade do Minho

Gianfranco Ferraro, Instituto de Filosofia da Nova

Gisela Gonçalves, Universidade da Beira Interior

Ivo Furtado, Universidade da Madeira

Joaquim Paulo Serra, Universidade da Beira Interior

José Manuel Sobral, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Luísa Maria Paolinelli, Universidade da Madeira

Maria Cristina Almeida e Cunha, Universidade do Porto

Maria Filomena Andrade, Universidade Aberta

Paulo Osório, Universidade da Beira Interior

Rodrigo Gomes, Universidade de Coimbra

Vera Amorim, Instituto Politécnico de Lisboa

índice

- 9 Introdução
Joaquim Pinheiro, Samuel Mateus, Mario Franco
- 13 Descrições da peste na historiografia bizantina dos séculos XIV e XV
Rui Carlos Fonseca
- 27 A vulgarização do léxico da peste após a Peste Negra como testemunho
de memória: o caso do Entre-Douro-e-Minho (Portugal)
André Filipe Oliveira da Silva
- 49 Peste, castigo e misericórdia no Funchal quinhentista:
São Tiago Menor, padroeiro e rogador a Deus pelo povo da cidade
Nelson Veríssimo
- 61 “Evitar que o mal não padeça mais avante” – O Regimento da Saúde
de D. João III e a experiência italiana de saúde pública
Edite Martins Alberto, Joana Balsa de Pinho
- 77 A Portuguese Treatise on the Plague:
João Curvo Semedo’s *Tratado da Peste*
Gabriel A. F. Silva
- 91 Cólera e Carnaval em Porto Alegre (RS/Brasil)
na segunda metade do século XIX
Caroline P. Leal
- 107 Santos: porto do café e das epidemias -
experiências, cotidiano e imigração
Maria Izilda Santos de Matos, Bruno Bortoloto do Carmo
- 125 “Subsistências”: Carências e açambarcamentos alimentares durante
a pneumónica de 1918 sob o olhar de um periódico local
Guida Cândido
- 139 Les récits de la peste comme mode de connaissance,
de mémoire et d’identification
Chantal Louchet
- 155 Um Diário convertido em crónicas e um Jornal em forma de romance:
as narrativas de pestilências de Daniel Defoe (1722) e Gonçalo M.
Tavares (2020)
Ana Isabel Correia Martins

- 171 Paisagens pandêmicas na literatura:
não-fruição da paisagem sob estado sanitário de exceção
Fabiano Dalla Bona, Carolina de Castro Wanderley
- 179 O Fenómeno Semiológico das Máscaras em Contexto Pandêmico
Sara Inês Rodrigues Gaspar, Eduardo José Marcos Camilo, Rafaela Norogrande
- 195 As “Bexigas Negras” e os Museus Históricos
Rosa Henriques de Gouveia, Teresa Ferreira, Lina Carvalho, Carlos Robalo Cordeiro
- 203 Pessoas e organizações no quotidiano pandêmico:
uma construção social da realidade?
Pedro Eduardo Oliveira Ribeiro
- 219 O paradigma da peste: Índices de ruptura em situações de calamidade
Rodrigo Barros Gewehr
- 237 O *Ethos* patético e as campanhas de publicidade
“Thank you” durante a pandemia de SARS-COV-2
Samuel Mateus

« Tout le monde sait que les pestes ont une façon de se reproduire dans le monde, mais d'une manière ou d'une autre, nous avons du mal à croire en celles qui nous tombent sur la tête à cause d'un ciel bleu. Il y a eu autant de fléaux que de guerres dans l'histoire, mais toujours des fléaux et les guerres prennent les gens également par surprise ».

Albert Camus, *La Peste*

“Subsistências”: Carências e açambarcamentos alimentares durante a pneumónica de 1918 sob o olhar de um periódico local*

GUIDA CÂNDIDO**

Resumo

Partindo de um conjunto de notícias no periódico local *Commarca de Arganil* traça-se um breve discurso sobre o impacto da Pneumónica no contexto do quotidiano da sociedade portuguesa, sobretudo ao nível das manifestações alimentares associadas à crise de subsistências. O conflito bélico mundial de 1914-1918 altera de forma profunda os abastecimentos e o acesso aos alimentos. Os artigos da imprensa abordam essa escassez de géneros alimentares; o aumento dos preços; o racionamento; os açambarcamentos e tantos outros aspetos que moldam a fisionomia da nação, já de si com dificuldades de afirmação e estabilidade económica e social. Apesar do cenário avassalador do país mergulhado na doença, as notícias da guerra sobrepõem-se às da epidemia, relegando-a para um plano secundário nos destaques da imprensa.

Palavras-chave: Epidemias, Pneumónica, Carestia alimentar, Subsistências, Imprensa.

Abstract

Based on a set of news in the local newspaper ‘Commarca de Arganil’, a brief analysis is made on the impact of Pneumonic in the daily life context of the Portuguese society, in particular in terms of food-related topics associated with the subsistence crisis.

* O presente artigo foi elaborado durante o período de Estado de Emergência, decretado em Portugal, subsequente da pandemia de Covid-19 (Decreto do Presidente da República nº 14 – A/2020. Diário da República nº 55/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-03-18). A impossibilidade de acesso a arquivos e bibliotecas limitou o campo de pesquisa. Selecionou-se o periódico local *Commarca de Arganil*, publicação semanal, disponível on-line. Consultadas as edições entre junho e dezembro de 1918.

** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Bolseira de doutoramento FCT SFRH/BD/146062/2019
guida.silva.candido@gmail.com

The world war of 1914-1918 profoundly changed supplies and access to food. The press articles addressed this food shortage; the general increase of the price of food; rationing; hoardings and so many other aspects that shaped the country's physiognomy, by then struggling to assert in terms of economic and social stability. Despite the overwhelming scenario of the country plunged in the disease, the news about the war overlapped those of the epidemic, relegating it to a secondary level in the press highlights.

Keywords: Epidemics, Influenza pandemic, Food deprivation, Livelihood, Press.

"A epidemia Reinante": Gripe pneumónica

Durante um longo período a epidemia da pneumónica não se vislumbrou enquanto objeto de estudo da História. Apenas trabalhos mais recentes lhe deram essa visibilidade e enquadramento histórico (Abreu e Serrão, 2018; Almeida, 2013 e 2014; Correia, 2018 e 2019; Esteves, 2014 e 2019; Ferreira, 2019; Frada, 2005 e 2009; Girão, 2009; Lima, 2019; Sequeira, 2001; Sobral, 2019; Sobral et al., 2009; Sousa, 2008; Vieira, 2019), impulsionados, sobretudo, pelo centenário da epidemia. Muito oportunamente, atendendo ao contexto de pandemia Covid-19 que grassa atualmente no país e no mundo, foi publicado, em abril de 2020, o conjunto de 16 comunicações apresentadas em outubro de 2018 num encontro científico promovido pela Casa Sarmiento – Centro de Estudos do Património da Universidade do Minho. Com a coordenação de Antero Ferreira, e tomando como título *A gripe espanhola de 1918*, assenta em três eixos temáticos: perspetivas globais sobre a gripe e outras pandemias, estudos de caráter regional e impactos socioculturais da pandemia (Ferreira et al., 2020).

A nível internacional, a historiografia da "gripe espanhola" ganha relevo com o desenvolvimento da história da saúde e das doenças (Dávila, 2018) e as repercussões que a pandemia deixou em obras de ficção (Sobral, 2019, p. 26). Contudo, a visibilidade histórica que a epidemia tem está longe do que se verifica em relação a outros acontecimentos que marcam o século XX, de que a Grande Guerra é um exemplo incontestável.

A origem da pandemia de Pneumónica continua a dividir a comunidade científica. Contudo, a teoria que reúne maior consenso indica os campos militares nos Estados Unidos da América, no sul de Inglaterra e norte de França, apontando-se ainda a possibilidade de uma origem asiática¹. O cenário pandémico foi robustecido pelo conflito bélico a que o mundo assiste, a Grande Guerra, devido à circulação de militares e migrantes e, ainda, pelo confinamento de grandes grupos populacionais em espaços restritos. Ademais, essa é uma das particularidades desta pandemia que,

1 Veja-se a este título os estudos de Trindade, 1998, Rebelo-de-Andrade, 2001 e Rebelo-de-Andrade e Felismino, 2018.

em zonas de alta densidade, podia atacar cerca de 50% da população, sendo uma das prováveis razões para a transmissão epidemiológica se extinguir antes de se espalhar por regiões circundantes menos povoadas (Dávila, 2018, p. 22).

Segundo Sobral e Lima (2018, p. 45), a pandemia da gripe de 1918-1919 terá sido a doença mais mortífera de sempre, afetando “um em cada três habitantes do planeta e, no espaço de dois anos, terá sido responsável por um número de mortes comparável ao das duas guerras mundiais em conjunto”. Em Portugal os números apontam para cerca de 130 mil perdas, com uma taxa de mortalidade que se situa em 22 por mil habitantes, valor superior à maioria dos países europeus. Analisando os óbitos por género, em Portugal, a gripe foi mais devastadora no caso das mulheres, correspondendo a 54% dos casos. Trata-se de uma situação dissemelhante do que se verifica a nível mundial (Sobral e Lima, 2018, p. 50).

A imprensa da época refere que “nenhuma idade, sexo, profissão, condição social coloca ao abrigo do seu ataque; entretanto, é certo que a idade dos vinte aos quarenta anos é a que dá maior percentagem de atacados”. Acrescentando que, “quando sucede ela atacar um velho ou uma criança, o seu prognóstico é mais severo, tanto mais severo quanto mais edoso é o velho, quanto mais nova é a criança.” (*A Commarca de Arganil*, 24 de outubro de 1918).

As três vagas que caracterizam a epidemia a nível mundial refletem-se em Portugal em períodos similares. Em finais de maio de 1918 registam-se os primeiros casos no Alentejo associados ao regresso de trabalhadores rurais portugueses da Estremadura espanhola, uma das mais afetadas no país vizinho. A partir de Vila Viçosa, dissemina-se pelo resto do território nacional, atingindo os maiores centros urbanos como Lisboa e Porto (Sampaio, 1958). A observação dos boletins clínicos hospitalares nacionais permite apontar para múltiplas frentes de entrada do vírus da gripe em 1918, mormente a partir de março, na região norte do país, através dos militares portugueses regressados da frente de combate francesa (Rebelo-de-Andrade e Felismino, 2018, p. 6).

De acordo com Ricardo Jorge (1918b, p. 4) “assentou, pois, arraiais na península inteira, e agora dificilmente, segundo os seus hábitos, deixará de haver canto que escape às presas do inficionamento.” O epidemiologista, analisando a situação em meados de junho de 1918, considera que estão perante um assalto mórbido em tudo idêntico ao de 1889, embora com particularidades, não de ordem patológica, mas epidemiológica, pelo lado sazonal e geográfico. “Rebentou ao chegar do verão e não ao chegar do inverno, o que nada implica com a sua feição reinante, como é capaz de ser, em qualquer estação, embora favorecida pela quadra fria.” (1918b, p. 8).

A primeira vaga dissipa-se em junho não tendo o impacto da segunda, altamente mortífera, superando largamente o número de vítimas relacionados com o surto de “febre-amarela (em 1856) e de cólera (em 1857) em Lisboa, bem como os do surto epidémico anterior de gripe, a epidemia dita “russa”, em 1889-90.” (Sobral et al., 2009, pp. 71-72). Esta vaga regista os primeiros casos em agosto desse ano nos aglomerados

de Porto e Gaia fazendo um percurso veloz pelo noroeste e região do Douro. Em finais de agosto, em Vila Nova de Gaia, detetam-se vários casos de pneumonia fulminante que deixam a população em pânico, convencida que se trata de um surto de “peste pneumónica”, semelhante a outro do princípio do século (Jorge, 2018a, p. 14). Ainda assim, as autoridades sanitárias esclarecem que se trata de uma forma altamente mortal de “influenza”. Estava-se perante o arranque da segunda vaga (Sequeira, 2001, p. 52). No mês seguinte alastra no litoral, no centro e no sul, alcançando, no arranque de outubro, o Algarve (Jorge, 1918b), aumentando o número de vítimas até ao final do ano.

Concorrem para o engrossar da pandemia, as práticas do quotidiano, sobretudo os trabalhos agrícolas, com particular relevância as vindimas, mas também as feiras, romarias e as deslocações das elites para as termas e estâncias balneares (Sequeira, 2001, p. 52). Entre abril e maio do ano seguinte verifica-se a terceira e última vaga com valores bastante inferiores à anterior (Sobral e Lima, 2018, p. 49). A mais mortífera coincide com o período próximo do inverno.

A análise à imprensa nacional permite compreender que as adversidades provocadas pela crise se revestem de uma abrangência generalizada a todo o território, pese embora algumas ocorrências dissemelhantes consoante as diferentes áreas. Destacam-se, neste particular, “a insuficiência de profissionais de saúde; a carência de bens essenciais, como arroz, açúcar e petróleo; escassez e preços exorbitantes de medicamentos; falta de limpeza das habitações e dos espaços públicos; ausência de hábitos de higiene” (Esteves, 2019, p. 98).

O papel da imprensa no acompanhamento da pandemia é semelhante tanto ao nível da imprensa nacional, bem como nos periódicos locais, (Almeida, 2013; Correia, 2018; Correia, 2019; Esteves, 2019), destacando-se três tipologias de artigos: os que se debruçam sobre a progressão da epidemia a nível local, nacional e, por vezes, internacional, particularmente em Espanha, e também sobre as outras epidemias latentes; artigos de carácter informativo sobre as prescrições médicas e tratamentos no combate à epidemia e, finalmente, textos de opinião, muitas vezes de crítica declarada à atuação das autoridades políticas e sanitárias (Esteves 2019, pp.94-95). Por conseguinte, o periódico semanal local *A Comarca de Arganil*, não foge à regra e as notícias incidem nessas linhas temáticas. A primeira referência à pneumónica surge na edição de 3 de outubro de 1918 com o título *Epidemias*. O articulista abre a notícia lembrando que “depois da guerra, a fome e a peste. Dizer é este tão antigo como o próprio mundo”, para informar que no concelho “não há, felizmente, casos anormais a registar”. Todavia, o mesmo “não sucede nos concelhos vizinhos, onde a gripe pneumónica tem atingido certa extensão, nomeadamente na Louzã”. O jornal dá conta que “O sr. Director Geral de Saúde, Dr. Ricardo Jorge prometeu telegraficamente promover a vinda imediata de arroz e assucar pedido pela administração daquele concelho”, considerando que “estão tomadas todas as providências para tratamento dos doentes e evitar a propagação do mal”.

A evolução da Pneumónica é proporcional ao destaque que vai alcançando nas páginas da imprensa. Durante o verão, o periódico de Arganil ignora a dimensão da doença, com escassas referências diretas à pandemia, acentuando ao invés as notícias do acontecimento bélico dominante e a crise de subsistências. A encerrar o mês de outubro, a primeira página do jornal é inteiramente dedicada à “epidemia reinante” com breves apontamentos nas restantes três páginas. Entre balanços de perdas humanas a nível mundial e local, elogios às ações de caridade encetadas por diversos beneméritos locais, o jornal transcreve na íntegra alguma correspondência trocada entre as autoridades locais, as figuras de Estado e os responsáveis pela política sanitária de combate à doença. Perante a gravidade que se vive no concelho a edilidade dirige-se em telegrama ao presidente da República revelando que “luta este concelho de 25:000 habitantes com três terríveis epidemias. Terça parte da população atacada. Pedimos já três vezes açúcar, arroz, petróleo e não somos ouvidos. Por caridade ouça-nos...”. Em resposta o presidente informa que “enviou ao comissário geral de saúde, dr. Ricardo Jorge, o seu telegrama, para que sejam dadas imediatas providencias”. Acrescenta que se recomendou “ao sr. Secretário de Estado dos Abastecimentos o envio imediato dos géneros que pede”. Ao diretor geral de saúde solicitou-se “medicamentos e auxílios pecuniários, bem como a vinda de médicos e enfermeiros”, pois, “dos três médicos existentes neste concelho, dois já caíram de cama e os dois enfermeiros do hospital já faleceram. Estado sanitário do concelho péssimo”. De resto, o farmacêutico dá conta que “açúcar não há. Receitas não podem ser aviadas”. A carência de açúcar é de tal ordem que no celeiro municipal, a partir dessa data, a venda ao público é exclusiva às famílias que se encontram doentes e mediante atestado médico. A edilidade pede, igualmente, roupas e enfermeiros, tendo o Presidente da República respondido que a *Assistência 5 de Dezembro*, enviaria “cincoenta cobertores para distribuição de doentes precisados.” (*A Commarca de Arganil*, 31 de outubro de 1918).

À semelhança de instituições de beneficência e da igreja, a imprensa nacional tem uma intervenção dinâmica e diligente na angariação de fundos para minimizar o impacto da doença junto dos mais necessitados, parte significativa da população do país. Multiplicam-se e são objeto de notícia na imprensa as ações para minimizar a pobreza e fome acentuadas pela epidemia da gripe. Acrescem a estas iniciativas outras de carácter local e privado que em muito aligeiram o impacto da pandemia nos meios mais carenciados. A fábrica da *Companhia do Papel de Góis*, em outubro desse ano, num universo de 200 funcionários, apresenta uma baixa de 40% atacados pela pneumónica. A imprensa local refere que “isto seria infinitamente grave numa povoação sem recursos, como esta”. Conquanto, o diretor da unidade fabril, Francisco Inácio, concebeu um plano e deu-lhe execução imediata: instalou médico, farmacêutico, enfermeiro e cozinheira. São asseguradas vacas, galinhas e açúcar para o combate da epidemia. A casa que serve de hospedaria dos empregados da fábrica é adaptada a cozinha e passam a distribuir caldos pelos domicílios. Em pouco tempo

a pequena povoação de Ponte do Sotão é apetrechada com “dois médicos, uma botica, um hospital provisório e tudo quanto necessita para combater a epidemia.” (*A Commarca de Arganil*, 17 de outubro de 1918).

“Subsistências”: Carências e açambarcamentos alimentares durante a pneumónica

Em Portugal a pandemia encontra campo fértil assente na instabilidade política e revolta social que evidencia de forma inequívoca a carestia de vida e as insuficiências estruturais do país, já de si debilitado pelo extenso número de profissionais de saúde deslocados nos destacamentos militares na Europa e África (Silva et al., 2019, p. 8).

Assiste-se a um cenário de fome e guerra, com a *peste* fica completa a trilogia que, no nosso imaginário, reina na Europa durante o período medieval. A nação depende da ação política e da estratégia atuante do presidente Sidónio Pais que já se encontra numa posição enfraquecida, confrontado com a grave crise económica, ameaçado e atingido pelos movimentos operários fragilizados e toldados pelo quadro mortífero pujante, fruto, sobretudo, dos diversos surtos pandémicos devastadores. O cenário bélico agudiza a situação que culmina com as revoltas populares. Objetivamente, os organismos públicos responsáveis pelo combate à epidemia deparam-se com sérios obstáculos numa luta desigual. Os três surtos da Pneumónica contribuem para a intensificação do quadro dramático num país com estruturas frágeis e graves dificuldades operacionais no combate à calamidade pública que sobre ele se abate (Oliveira, 2019, p. 16).

A entrada na Guerra em 1916 e as más colheitas agrícolas proporcionam a escalada do preço destes bens essenciais onde se encaixa o azeite, as hortaliças e o arroz, sofrendo uma inflação acentuada. A fome conduz a uma extrema crise de subsistência provocando tumultos, em abril e maio de 1917, com diversos assaltos a armazéns de víveres e padarias, traduzindo-se em dezenas de mortos e centenas de feridos em Lisboa e no Porto. Na primavera de 1918, a insuficiência de cereais e a inevitável subida do preço do pão provoca novos protestos, agravados pela escassez de arroz e consequente inflação do preço. A agitação social conduz a episódios de greve. A imprensa local não é alheia a isso e vai dando conta de “um nunca acabar de greves. E esta é formidável, pois nela se acham envolvidos alguns milhares de pessoas.” (*A Commarca de Arganil*, 6 de junho de 1918). A mais representativa é a greve geral de novembro de 1918. Ocorrem, igualmente, assaltos a estabelecimentos de produção e comércio de bens alimentares que as autoridades vão reprimindo (Sobral e Lima, 2018, pp. 53-54).

É perante um contexto de miséria coletiva e de uma economia débil que se tomam medidas conducentes à minimização da pobreza e carência generalizadas. À banalização da fome, o presidente responde com a *Obra de Assistência 5 de Dezembro*, as *sopas económicas*, localizadas essencialmente em Lisboa, mas também nas sedes de distrito. Procura acautelar os abastecimentos de géneros alimentares essenciais que escasseiam e atingem preços desmedidos graças, sobretudo, aos especuladores e açambarcadores

que sempre despontam em momentos de crise e debilidade (Sousa et al., 2008, p. 461). A *sopa dos pobres*, nome pelo qual é conhecida a distribuição de alimentos aos mais carenciados, passa a ser designada de *sopa do Sidónio* devido à participação frequente do Presidente nessas ações. Numa das viagens oficiais, o presidente desloca-se de comboio e leva socorros para os doentes reveladores das carências da população e da ineficácia do combate da pandemia: vinte sacas de açúcar para xarope, trinta sacas de arroz e cinquenta cobertores (Sobral e Lima, 2018, p. 61).

Na edição de 25 de junho de 1918 *A Commarca de Arganil* salienta que “a colheita do milho vae, infelizmente, ser muito inferior á do ano passado” adivinhando-se a fome, uma vez que “não é o trigo a alimentação geral das classes pobres. Para estas, o seu pão, o seu alimento de maior força e mais succulento, é o pão de milho.” (*A Commarca de Arganil*, 25 de julho de 1918). Arozo reforça a questão da “carestia da vida que faz a muitas famílias suprimir um certo número de alimentos que até aqui lhes eram habituaes.” Crê que o consumo de batata é considerável, afirmando que “nas províncias do Norte do paiz constitue o alimento de resistência se não o de salvação; mesmo nas populações urbanas o consumo daquele tubérculo é elevado.” (1915, p. 55). No verão de 1918, o governo vê-se na obrigação de criar medidas para controlar a especulação de preços, sobretudo dos cereais. Assim, “pretendendo querer unificar os preços do cereal, tanto no respeitante a compras como a vendas, estão criados os celeiros municipaes que, caso sejam efectivados, virão prestar importantes serviços, principalmente às classes pobres.” O decreto informa que “são expressamente proibidas as transacções comerciais de trigo, milho e centeio da colheita futura”, acrescenta que “as compras serão diretamente feitas pelas camaras aos produtores e os pagamentos efectuados imediatamente pelo gerente do celeiro, que são os tesoureiros da Fazenda Pública.” Esta legislação salvaguarda que os cereais produzidos no concelho são considerados propriedade do celeiro municipal e os seus detentores fiéis depositários (*A Commarca de Arganil*, 6 de junho de 1918). As medidas endurecem decretando que os únicos compradores de cereais panificáveis são o Estado e as Câmaras Municipais, e de arroz o Estado. Tomam-se providências “efectivas para serem perseguidos os açambarcadores e os desmandos dos comerciantes” e anuncia-se que serão “estabelecidas penalidades rigorosas de multa, prisão e mesmo desterro contra os açambarcadores e falsificadores de géneros alimentícios, que serão julgados em processo sumário.” (*A Commarca de Arganil*, 27 de junho de 1918). Em algumas circunstâncias “muitos comerciantes tem ido expontaneamente às esquadras de polícia entregar os géneros sonegados ao manifesto. O povo consumidor tem apupado os comerciantes” valendo a intervenção policial para evitar linchamentos em praça pública (*A Commarca de Arganil*, 25 de julho de 1918). Além disso, o jornal local alude a detenções de indivíduos que compram no celeiro municipal cereais “ao preço da tabela” para posteriormente os “revender pelo dobro dessa importância.” (*A Commarca de Arganil*, 4 de julho de 1918). O país confronta-se com a falta de bens como arroz, açúcar, carvão, azeite, petróleo e o leite,

considerado essencial para o tratamento da gripe conforme os especialistas (Esteves, 2018, pp. 166-167). Tal como o leite, o açúcar tem um papel determinante a nível farmacológico, não se conseguindo assegurar o fornecimento “necessário para as farmácias e consumo do hospital.” (*A Commarca de Arganil*, 11 de julho de 1918). Em Lisboa, as filas intermináveis para adquirir 250 gramas semanais do mesmo, limite imposto pelas autoridades, demovem muitos que se queixam das intervenções violentas da polícia e da Guarda Republicana que, na tentativa de manter a ordem, distribuem “coronhada para a esquerda e para a direita.” (*A Commarca de Arganil*, 8 de agosto de 1918).

Com o avançar do verão anunciam-se medidas mais restritivas na aquisição de géneros, “a exemplo do que se tem feito em outras nações.” Os géneros primeiramente racionados são “assucar, 1 kilo por mez e por pessoa; feijão, 1 kilo por mez e por pessoa; batatas, 4 kilos, idem; petróleo, 1 litro, idem; azeite, 8 decilitros, idem; pão, 400 gramas por dia” (*A Commarca de Arganil*, 29 de agosto de 1918). A indignação é geral lamentando-se que “os diversos governos não tivessem desde o início da guerra promovido uma intensa campanha, no sentido do aumento da produção agrícola nacional e de resolver a questão dos transportes.” Alerta-se para a conveniência de que “o público compreenda a necessidade em que o governo se encontra de estabelecer as rações e colabore com sincero propósito de cumprir a lei” (*A Commarca de Arganil*, 5 de setembro de 1918). Os consumos racionados abrangem igualmente os “fornecimentos de refeições nos hotéis, pensões, restaurantes, casas de pasto ou estabelecimentos congêneres.” (*A Commarca de Arganil*, 26 de setembro de 1918).

Antes do cenário de crise agravado pela Guerra e pela Pneumónica, a alimentação dos grupos desfavorecidos é já escassa e de má qualidade. O pão, alimento base nos consumos alimentares, é caro, como é a carne, a manteiga e outros, oberados com impostos e taxas alfandegárias, como o peixe e o açúcar (Sobral et al., 2009, p. 380). No geral, a alimentação do português é “defeituosa. Nas classes abastadas predomina em regra o excesso de albuminóides; nas classes pobres, a alimentação é na generalidade insuficiente.” (Arozo, 1915, p. 171). Os consumos alimentares do camponês, nas primeiras décadas do século XX, são basicamente:

[...] uma malga de caldo de azeite, duas a três vezes ao dia, pão de milho geralmente á discrição para os filhos, quasi todos os domingos um pouco de arroz ou umas batatas, ás vezes uma casca de cebola ou uma lasca de bacalhau á merenda, enfim lá de longe a longe, meia sardinha, por vezes até uma sardinha inteira (Arozo, 1915, p. 82).

O custo da alimentação pesa bastante no orçamento das famílias². Conforme o estudo *A ração alimentar do operariado portuense*, publicado em 1909, “o salário dos

2 Em concordância com o jornal *A Batalha*, as despesas diárias de alimentação de uma família operária obedecem à seguinte estrutura. Primeira refeição: café \$03, açúcar \$05, pão \$10, carvão \$03, total \$21.

operários dificilmente chegava para cobrir as despesas com a alimentação.” (Pereira, 1909). Os reduzidos salários refletem a escolha dos alimentos baixos em proteínas animais, gorduras e com déficit de calorias, acentuando a condição de subalimentação dos grupos mais desvalidos, potenciando a contração de diversas doenças, sobretudo pela reduzida resistência imunológica (Vieira, 2019, p. 43)³. Em junho de 1918, a Câmara Municipal de Lisboa tabela a venda de miudezas das reses bovinas adultas abatidas para os talhos municipais procurando uniformizar os preços e torná-los mais acessíveis à generalidade da população carente de proteínas animais⁴. Corre o ano 1915 e o médico Arozo indica que o consumo da carne na cidade do Porto diminuiu sensivelmente nos dois últimos anos devido ao preço excessivo “de modo que a carne é hoje somente para os remediados e para os ricos e falta quasi totalmente ao pobre que tem de procurar alimento mais barato.” (Arozo, 1915, p. 56)⁵. Escassos anos antes do deflagrar da epidemia, Arozo (1915, p. 28), na sua tese doutoral sobre os hábitos alimentares dos portugueses, levanta a interrogação: “onde encontrar as regras duma tal alimentação?” dado que “a alimentação é uma função primordial que regula as nossas forças, a nossa saúde e até o nosso character”, reconhecendo que “importa pois ao homem de todas as classes sociais alimentar-se normalmente”. A questão alcança mais pertinência num cenário de fome e de pandemia. Segundo o autor “a alimentação insuficiente ou defeituosa constitue a causa inequívoca de numerosas doenças!” As doenças atingem sobretudo “os mal alimentados, vivendo em geral nas piores condições higiénicas. A questão da predisposição por insuficiência alimentar cria a receptividade mórbida.” (Arozo, 1915, p. 34).

A alimentação é condicionada pelo custo e pelas circunstâncias de produção tendo relevância o que se produz nas diferentes áreas territoriais. Diante disso, o pão constitui um exemplo paradigmático uma vez que as variedades são distintas em função do cereal predominante em cada região. No verão de 1918 a imprensa anuncia a produção comprometida da cultura da batata, “que nos últimos anos muito se tem desenvolvido, chegando a constituir indústria agrícola”. Acrescenta que “não colhendo cada proprietário ou rendeiro a quantidade precisa para o seu gasto doméstico”, conclui “que

Segunda refeição: pão \$15, azeite, etc. \$05, carvão \$03, sardinhas \$12, vinho \$10, total \$45. Terceira refeição: carne \$30, arroz \$09, hortaliça \$08, toucinho \$06, chouriço \$09, pão \$10, vinho \$10, carvão, etc. \$04, total \$86 (*A Batalha*, nº 76, 11 de Maio de 1919, p. 1).

- 3 Em 1900, constatando o reduzido consumo de carne, a *Liga Nacional contra a Tuberculose* envia uma representação ao Parlamento pedindo a diminuição dos direitos pautais sobre o seu consumo, uma vez que se trata de um alimento indispensável à prevenção da tuberculose (Vieira, 2016, p. 211).
- 4 Dobrada, beijo e mãos são vendidos a \$32; Bofe, lombeira e pele da fressura a \$36; carne da cabeça e pivete a \$40; coração a \$44; mioleira a \$52 e, os mais dispendiosos, fígado e baço a \$60 (*Actas da Câmara Municipal de Lisboa*, 28ª, 27 junho 1918).
- 5 Relativamente aos salários, neste período, um pedreiro ganha 410 reis diários, por 10 horas de trabalho. As mesmas horas equivalem a 600 réis para um cortador e um carpinteiro auferem 440 réis (Correia, 1951, pp. 37-39).

todos sabem que a batata e a brôa são os principais alimentos e talvez quasi os únicos, de toda a grande família rural que para ai ingloriamente tressua do nascer ao pôr do sol.” (*A Commarca de Arganil*, 18 de julho de 1918). Esta realidade não é transversal a toda a sociedade portuguesa. O poder de compra dos privilegiados assegura-lhes acesso a outros alimentos, uma maior diversidade de géneros, bastas vezes de origem internacional.

Conclusão

Durante o período que a pneumónica grassa no país a imprensa da época acompanha os desenvolvimentos da epidemia e os danos que daí advém. *A Commarca de Arganil*, semanário de índole regional e local, relata as notícias mais significativas relacionadas com o episódio epidemiológico ao nível local, não olvidando as devidas referências ao panorama verificado em todo o território, bem como algumas expressivas notas internacionais.

Sem embargo, as notícias incidem sobre o próprio concelho revelando as medidas adotadas pelas autoridades locais, administrativas e sanitárias no combate ao flagelo. Pressupondo que a crise de subsistências se correlaciona de forma direta com a doença são claras e objetivas as descrições que colocam o país a vivenciar um clima de pobreza, carência nutritiva e debilidade física, subsidiárias das débeis condições de higiene transversais a todo o território nacional. O cenário é propício à escalada da pandemia que se reflete num número catastrófico de vítimas.

As denúncias e censuras à ineficiência das autoridades e aos comportamentos irresponsáveis e negligentes das populações que, em muitas circunstâncias, proporcionam o número crescente de infetados, ressalta nas crónicas semanais da *A Commarca de Arganil*. Evidenciam a ausência de instrução da generalidade da população, sobretudo os mais desfavorecidos, que representam a esmagadora maioria das vítimas.

Convivendo de forma habitual com décadas de doenças epidémicas como a tifo, a tuberculose e tantas outras, a sociedade incorpora a morte como uma consequência natural do estado calamitoso que se vive, transformando-a numa consequência banal. A par das doenças, acumulam-se diversos acontecimentos trágicos de que é um exemplo notório a Grande Guerra, pese embora o número de vítimas da gripe de 1918 ser substancialmente superior às do episódio bélico. Porém, a maior expressão noticiosa cabe ao flagelo da Grande Guerra, facto comum que se estende a toda a imprensa, tanto nacional como internacional. As restantes páginas da imprensa são marcadas pelos relatos e relacionados com o desfecho da guerra, a crise económica e as movimentações do operariado, a que acresce o assassinato do presidente a 14 de dezembro.

Atendendo à característica local do periódico *A Commarca de Arganil*, com efeito, o alvo das denúncias das políticas ineficazes de combate à pandemia tem uma visibilidade maior pois são as regiões com menos meios e infraestruturas as mais penalizadas pela catastrófica pandemia de gripe. Apesar de nos meses em que a

doença está em evidência as notícias alertarem para a situação gravosa e das brutais dificuldades nas quais o concelho está imerso, no ocaso da epidemia, as notícias exaltam as autoridades, as medidas preventivas e eficientes que permitem afirmar que, “o concelho de Arganil foi em todo o paiz um dos menos, se não o menos flagelado. Quer isto dizer que aqui se olhou a tempo e a horas pela saúde pública” (*A Comarca de Arganil*, 25 de dezembro de 1918).

Em conclusão, consideremos a imprensa como fonte histórica incontornável para o conhecimento deste período tão singular da História em que as informações e a ausência delas têm dimensões semelhantes. Os autores dos estudos mais recentes sobre a Pneumónica, designam-na por *pandemia esquecida*. Terá sido, durante quase um século. Porém, a mais recente tragédia pandémica (Covid-19) que se abate sobre o mundo resgata-a desse esquecimento.

Bibliografia

A Comarca de Arganil, maio a dezembro de 1918.

A. Ferreira et al. (Coord.). (2020). *A gripe espanhola de 1918*. Casa Sarmento – Centro de Estudos do Património | UMinho.

Abreu, L. & Serrão, J. V. (2018). Revisitar a pneumónica de 1918-1919: introdução. *Ler História*, 73. DOI: 10.4000/lerhistoria.3944.

Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa. (1940). *Comissão Executiva e Comissão Administrativa. Ano 1918*.

Almeida, M. J. P. (2013). Epidemias no Porto em 1918: saúde e higiene na imprensa diária em períodos de crise sanitária. In A. L. Pereira & J. R. Pita (Coord.). *Saberes e Práticas e torno do adoecer da alma e do corpo* (pp. 65-72). CEIS 20. GHSC.T.

Almeida, M. J. P. (2014). As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 21 (2) pp. 687- 708.
<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n2/0104-5970-hcsm-21-2-0687.pdf>

Arozo, J. A. S. (1915). *Questões alimentares. Subsídios para o estudo da alimentação portuguesa*. Dissertação inaugural. Faculdade de Medicina do Porto.

Correia, A. (2019). A epidemia de Gripe Pneumónica (1918-1919) na região de Coimbra. In H. Silva, R. M. Pereira & F. Bandeira (Coord.), *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919*. pp. 109-124. IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP.

Correia, A. M. D. (jul-set 2018). A resposta em Coimbra à epidemia de pneumónica de 1918-1919 sob o olhar de um periódico local. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 25 (3), pp. 679-694. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702018000400005>

Dávila, B. E. (2018). En el centenario de la gripe española: un estado de la cuestión. *Revista de Demografía Histórica*, ISSN 1696 - 702X, XXXVI. I, pp. 17-42. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6653959>

- Esteves, A. (2014). O impacto da pneumónica em alguns concelhos do Alto Minho. *CEM: Cultura, Espaço e Memória*, 5, pp. 165-181. <http://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4790>
- Esteves, A. (2019). A Pneumónica na Imprensa do distrito de Viana do Castelo. In H. Silva, R. M. Pereira & F. Bandeira (Coord.), *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919* (pp. 87-108). IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP.
- Ferreira, D. (2019). A “Pandemia Esquecida”: a cidade do Sado durante o tempo negro da Gripe Pneumónica (1918-1919). In H. Silva, R. M. Pereira & F. Bandeira (Coord.), *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919* (pp. 125-150). IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP.
- Frada, J. (2005). *A Pneumónica em Portugal Continental: estudo socioeconómico e epidemiológico com particular análise do concelho de Leiria: Sete Caminhos*.
- Frada, J. (2009). A gripe pneumónica em Portugal Continental: estudo socioeconómico e epidemiológico com particular análise do concelho de Leiria. In J. M. Sobral et al. (Eds.), *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)* (pp. 155-164). Imprensa de Ciências Sociais.
- Girão, P. (2009a). A gripe pneumónica no Algarve. In J. M. Sobral et al. (Eds.), *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)* (pp. 107-130). Imprensa de Ciências Sociais.
- Girão, P. (2009b.). *A Pneumónica no Algarve*. Caleidoscópio.
- Jorge, R. (1918a). *A influenza e a febre dos papatazes*. Imprensa Nacional.
- Jorge, R. (1918b). *A influenza, nova incursão peninsular: relatório apresentado ao Conselho Superior de Higiene*. Imprensa Nacional.
- Lima, M. L. (2019). A domesticação da ameaça? Estratégias de gestão do risco na Pneumónica. In H. Silva, R. M. Pereira & F. Bandeira (Coord.), *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919* (pp. 181-194). IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP.
- Pereira, A. (1909). A ração alimentar do operariado portuense. *Revista Tuberculose (Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos)*, 4 (16), pp. 1-6.
- Rebello-de-Andrade & H., Felismino, D. (2018). A pandemia de gripe de 1918-1919: um desafio à ciência médica no princípio do século XX. *Ler História*, 73, 67-92. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/4070> ; DOI: <https://doi.org/10.4000>
- Rebello-de-Andrade, H. (2001). *Aspectos Epidemiológicos e Viroológicos da Gripe: Desenvolvimento de um sistema de vigilância*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.
- Sampaio, A. (1958). *Subsídios para o Estudo da Epidemiologia da Gripe*. Edição de autor.
- Sequeira, A. (2001). A pneumónica. *Medicina Interna*, 8, (1), pp. 49-55. https://spmi.pt/revista/vol08/ch7_v8n1jan2001.pdf

- Silva, H. (2019). As estruturas hospitalares face à Gripe Pneumónica. In H. Silva, R. M. Pereira & F. Bandeira (Coord.), *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919* (pp. 164-180). IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP.
- Silva, H., Pereira, R. M. & Bandeira, F. (Coord.). (2019). *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919*. IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP
- Sobral, J. M. et al. (Eds.). (2009). *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica* (1918/19). Imprensa de Ciências Sociais.
- Sobral, J. M. & Lima M. L. (2018). A epidemia da pneumónica em Portugal no seu tempo histórico. *Ler História* 73, pp. 45-66. DOI:10.4000/lerhistoria.4036.
- Sobral, J. M. (2019). Catástrofe e silêncio: a epidemia da *Pneumónica* em Portugal no seu tempo e no espaço da recordação. In H. Silva, R. M. Pereira & F. Bandeira (Coord.), *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919* (pp. 21-56). IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP.
- Sousa, P. S. e et al. (2008). Responder à epidemia: Estado e sociedade civil no combate à gripe pneumónica (1918-1919). *Revista de História das Ideias*, 29, 469-500. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-8925_29_17
- Vieira, I. (2019). Aspetos do estado sanitário em Portugal no primeiro quartel do século xx. In H. Silva, R. M. Pereira & F. Bandeira (Coord.), *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919* (pp. 37-54). IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP.

Pestes e Epidemias: Estudos Interdisciplinares em Humanidades reúne dezasseis estudos que, sobre distintas épocas, analisam a capacidade de reagir, resistir e superar as diversas enfermidades que acompanham o desenvolvimento das sociedades humanas. Além do contributo para o conhecimento da influência de pestes e epidemias na cultura e na sociedade, os estudos coligidos neste Volume permitem uma reflexão interdisciplinar do entendimento humano acerca das causas e consequências desses surtos. Nos vários domínios das Humanidades, das narrativas às criações mais artísticas, há, de facto, um imenso legado cultural que importa continuar a estudar.

